

G20 no Rio de Janeiro: "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável" para quem?

Decisões do grupo das 20 maiores economias do mundo definem rumos na globalização neoliberal e impactam nosso cotidiano. É preciso acompanhar o que está em jogo.



Organizações e movimentos populares em seminário nacional de preparação para a Cúpula dos Povos no G20, no Rio de Janeiro. Foto: Jaqueline Deister/ Brasil de Fato RJ

O que é o G20 e a Cúpula de Chefes de Estado no Rio de Janeiro?

A Cúpula de Líderes do grupo das 20 maiores economias do mundo, o G20, é um encontro que ocorre nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, com chefes de governo e de Estado reunidos no Rio de Janeiro. Participam os 19 países membros do G20, mais a União Africana e a União Europeia, num espaço multilateral no qual lideranças aprovam acordos e conduzem os rumos da globalização neoliberal. Representa 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, mais de 75% do comércio internacional e dois terços da população do mundo.

Os países do G20 dão aval e manejam doutrinas, como as políticas de austeridade que impactam diretamente nosso dia a dia, interferindo na definição e no orçamento de políticas públicas de educação, saúde, urbanismo, no combate à pobreza e à crise climática.

Por isso as decisões do grupo são tão relevantes e precisamos acompanhar o que está em jogo.

Nas trilhas do G20: como é organizado?

Internamente, o G20 opera por instâncias chamadas de "trilhas": a *Trilha de Finanças*, que é o núcleo original do G20, onde ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais se reúnem e debatem temas da área.

É composta hoje por seis Grupos Técnicos temáticos, uma Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde, e uma iniciativa sobre Tributação Internacional.

Já a *Trilha de Sherpas* é liderada por diplomatas e/ou altos funcionários de governos dos países-membros. É uma trilha política que aborda questões variadas, onde os líderes dos países fazem negociações, encaminham acordos e discussões até a cúpula final com os chefes de Estado. Está organizada por 15 Grupos de Trabalho (GT) formados pelos representantes de governos dos países-membros e de organizações convidadas.

E como a sociedade civil se engaja e tem voz nisso tudo?

Participação social

Quando o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20, em dezembro de 2023, criou um novo espaço: o G20 Social, buscando ampliar a participação de atores não-governamentais na cúpula.

Existem ainda os Grupos de Engajamento, criados em 2022, reunindo diversos setores da sociedade civil, empresas e grupos de interesse que participam nas formulações de políticas do G20, na tentativa de influenciar as decisões dos chefes de Estado da cúpula. Hoje são 13 grupos e lideram a realização da *Cúpula Social*, que ocorre de 15 a 17 de novembro, também no Rio de Janeiro, antecedendo o encontro dos líderes do G20.

Historicamente, as organizações populares também promovem suas próprias ações de incidência, de forma independente. Por isso, mobilizam a *Cúpula dos Povos* (a exemplo da Rio+20, em 2012), prevista para os dias 16 a 18 de novembro, em paralelo ao G20 Social, para trazer um debate crítico ao encontro do grupo e denunciar as falsas soluções que os países membros propõem para as múltiplas crises da atualidade - a exemplo da financeirização para lucrar com a natureza.

O planejamento da atividade pautou um seminário nacional em maio, na capital fluminense, e o processo organizativo segue com reuniões e plenárias para construção coletiva da *Cúpula dos Povos*.

Taxação dos super-ricos

Outro tema relevante que pauta a Cúpula do G20 é a taxaço das grandes fortunas. A proposta para tributação global defendida pela presidência brasileira no G20 é a cobrança de um imposto mínimo de 2% sobre a riqueza dos bilionários, que permitiria arrecadar anualmente cerca de US\$ 250 bilhões (R\$ 1,2 trilhão) sobre a renda de 3 mil super-ricos, visando o combate à pobreza e à crise climática.

O apoio a essa proposta de taxaço faz parte do documento *Recomendações da Sociedade Civil sobre Tributação Internacional para os Ministros das Finanças do G20*, elaborado por organizações da sociedade civil e entregue em maio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da Trilha de Finanças do G20, com a expectativa de que subsidie os debates e decisões na Cúpula do G20.

Para o Jubileu Sul Brasil, a defesa da taxaço é importante, mas é preciso ir além. Caso a cobrança entre em prática futuramente, é fundamental questionar desde já quem faria a administração de recursos e se realmente vai ser destinado às necessidades das populações mais vulneráveis.

É imprescindível controle social e participação da sociedade para garantir, entre outros, que o recurso não fique nas mãos de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estamos de olho!

A vida acima da dívida! Somos os povos os credores! Reparações já!

Acompanhe as notícias sobre o G20 nas mídias do Jubileu Sul Brasil.

Acesse, saiba mais, curta e compartilhe:

